



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### PORTARIA Nº 80, de 29 de junho de 2018

Institui os processos de desenvolvimento, sustentação, gerenciamento de escopo e requisitos, gerenciamento de arquitetura e gerenciamento de ciclo de vida de *software*, bem como o Catálogo e o Gestor Técnico de Soluções de *Software*.

**A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 122 da Resolução Administrativa nº 12/2018, deste Tribunal,

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso III do artigo 12 da Resolução nº 211/2015 do CNJ, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

**CONSIDERANDO** os princípios, políticas, diretrizes e macroprocessos do Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia instituído pela Resolução Administrativa nº 17/2018; e

**CONSIDERANDO** a complexidade inerente à atividade de desenvolvimento de *software*, que enseja o emprego de práticas que favoreçam a colaboração do usuário, o trabalho em equipe, a resposta a mudanças, a eliminação de desperdício, a inspeção, a adaptação e a melhoria contínua,

### RESOLVE:

#### **Seção I** **Disposições Gerais**

**Art. 1º** Instituir os processos de desenvolvimento, sustentação, gerenciamento de escopo e requisitos, gerenciamento de arquitetura e gerenciamento de ciclo de vida de *software*, bem como o Catálogo e o Gestor Técnico de Soluções de *Software* no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA).

**§ 1º** O desenvolvimento e a sustentação de *software* no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia deverá se fundamentar na Metodologia Ágil de Desenvolvimento de

*Software* (MADS) a ser submetida ao Comitê de Governança de TIC (CGovTIC) para aprovação, sendo essa uma premissa a todos os processos relacionados.

§ 2º As documentações relativas à MADS e aos processos estabelecidos por esta Portaria, incluindo seus respectivos desenhos, deverão estar detalhadas, publicadas e atualizadas na Intranet do Tribunal, em local de fácil acesso em até cento e vinte (120) dias da publicação desta Portaria.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Portaria aplicam-se as seguintes definições:

**I** – Desenvolvimento de *Software*: implementação de um produto (*software*) por meio da elaboração e execução de um projeto;

**II** – Sustentação de *Software*: é o conjunto de atividades relacionadas à correção, adaptação ou evolução dos produtos de *software* em uso;

**III** – Escopo de *Software*: define a abrangência das funcionalidades de um *software*, de modo a atender às necessidades do usuário final;

**IV** – Requisito de *Software*: aspecto funcional, condição ou restrição de um *software* a ser considerado no seu processo de desenvolvimento;

**V** – Gestor de Sistema: representante da área de negócio responsável por gerir sistemas conforme competências atribuídas pela Portaria nº 253/2014 da Presidência;

**VI** – Visão do Produto: objetivo ou necessidade de negócio ou de usuário que fornece contexto, alinhamento, orientação, motivação e inspiração para o trabalho de desenvolvimento do produto durante todo o projeto;

**VII** – História de Usuário: especificação de uma ou mais sentenças na linguagem de negócio ou cotidiana do usuário que descreve o que ele faz ou necessita fazer como parte de sua função de trabalho;

**VIII** – *Sprint*: os projetos de desenvolvimento com metodologia ágil são divididos em ciclos, não superiores a trinta dias, chamados *sprints*, e possuem um conjunto de atividades que deve ser executado no prazo definido. Os requisitos do produto são parcialmente implementados a cada *sprint* até que todo o sistema esteja concluído;

**IX** – *Backlog* da *Sprint*: lista de atividades que a equipe de desenvolvimento se compromete a realizar em uma *Sprint*;

**X** – Ambiente de Homologação: infraestrutura computacional onde o sistema desenvolvido ou alterado (manutenções corretivas, adaptativas ou evolutivas) é preliminarmente implantado de modo que a área demandante teste as funcionalidades visando o aceite (homologação) do produto para disponibilização em ambiente de produção;

**XI** – Ambiente de Produção: infraestrutura computacional onde o sistema desenvolvido ou alterado é disponibilizado para uso efetivo;

**XII** – Arquitetura de *Software*: definição da infraestrutura e dos componentes de *software*, suas propriedades externas e seus relacionamentos com outros *softwares*. Além

disso, descreve a comunicação entre partes interessadas, registra as decisões acerca do projeto de alto nível e possibilita o reuso dos componentes e padrões entre projetos;

**XIII** – Ciclo de Vida de *Software*: consiste no tempo de existência de um *software* desde a sua concepção até a sua desativação;

**XIV** – Infraestrutura de TIC: *hardware*, *software*, redes, instalações etc. que são necessários para desenvolver, testar, entregar, monitorar, controlar ou suportar aplicativos e serviços de TIC; e

**XV** – Aplicativos: programas de computador que têm por objetivo ajudar o seu usuário a desempenhar uma tarefa específica. São ferramentas informatizadas consideradas como “de prateleira”, ou seja, são adquiridas e utilizadas tal como são, não requerendo adaptação ou manutenção de seus códigos (aplicativos de escritório, de edição de vídeo e imagem, de desenho de processo, de projetos etc.).

**Art. 3º** Os processos estabelecidos nesta Portaria possuem os seguintes objetivos:

**I** – garantir a entrega de serviços de TIC alinhados às estratégias institucionais deste Tribunal e às estratégias nacionais do Poder Judiciário;

**II** – proporcionar a alocação racional de recursos através da padronização de processos de trabalho;

**III** – incorporar boas práticas de gestão visando promover a efetiva implantação do Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;

**IV** – garantir as entregas parciais e finais com a qualidade e nos prazos definidos nos respectivos projetos de desenvolvimento de sistemas informatizados; e

**V** – definir etapas, papéis e responsabilidades dos processos.

**Parágrafo único.** Os papéis e responsabilidades dos processos serão definidos nas documentações da MADS, exceto as responsabilidades de gestor de sistema, que estão estabelecidas pela Portaria n.º 253/2014, da Presidência.

## **Seção II**

### **Do Processo de Desenvolvimento de *Software***

**Art. 4º** Toda criação de *software* será tratada como projeto de desenvolvimento de *software*, em conformidade com a MADS.

**Art. 5º** A equipe de projeto será formada pelo gestor do sistema, oriundo da área de negócio, e pelos integrantes da equipe de desenvolvimento designada.

**§ 1º** A equipe de desenvolvimento é composta pelos papéis definidos na MADS.

**§ 2º** Em caso de produtos a serem desenvolvidos por serviço terceirizado de fábrica de *software*, parte da equipe de desenvolvimento será provida pela contratada, conforme descrito na MADS.

**Art. 6º** O Processo de Desenvolvimento de *Software* será iniciado por chamado registrado na Central de Serviços de TIC, ao qual deve ser anexado o Documento de Descrição da Demanda por novo sistema computacional, conforme definido pela Portaria nº 99/2017, da Diretoria-Geral.

**Parágrafo único.** Os *Softwares* provenientes de outras instituições deverão ser implantados no Tribunal por meio de projeto, o qual deverá contemplar atividades de adaptação, homologação e implantação.

**Art. 7º** As demais etapas do Processo de Desenvolvimento de *Software* são:

**I** – estabelecimento da visão do produto: a equipe de projeto estabelecerá a visão do produto de modo a compreender o problema e identificar os benefícios esperados com a sua solução;

**II** – definição do escopo inicial do produto: por meio da análise da necessidade de implementação de um *software*, do levantamento dos requisitos na forma de histórias de usuário, da estimativa de complexidade e esforço de desenvolvimento e da indicação dos respectivos critérios de aceitação, a equipe de projeto definirá o escopo inicial do produto;

**III** – planejamento da *sprint*: define os requisitos que serão implementados em cada ciclo (*sprint*) e estabelece as atividades que farão parte do respectivo *backlog*;

**IV** – implementação do *backlog* da *sprint*: consiste na execução das atividades do *backlog* da *sprint*, envolvendo, inclusive, codificação;

**V** – finalização da *sprint*: a partir da implementação dos requisitos selecionados para a *sprint*, são realizados os testes e as validações parciais. Nessa etapa, a equipe realiza uma reunião para consolidar os requisitos que foram implementados e identificar problemas ou necessidade de novos requisitos;

**VI** – homologação do sistema: após a execução de todas as *sprints* e implementados todos os requisitos, o produto final (*software*) obtido entrará em fase de homologação pelo gestor do sistema; e

**VI** – implantação do sistema: o produto final, uma vez homologado, será implantado para efetiva utilização e divulgado por meio do Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação na Intranet.

**§1º** O escopo do produto e sua arquitetura serão ajustados a cada *sprint*, conforme a necessidade, em comum acordo entre a equipe de desenvolvimento e o gestor do sistema, devendo utilizar-se de bom senso quanto aos limites de sua alteração.

**§2º** Poderão ocorrer homologações e implantações de versões parciais, desde que elas sejam funcionais e úteis à área demandante.

### Seção III

#### Do Processo de Sustentação de *Software*

**Art. 8º** O Processo de Sustentação de *Software* deve ser iniciado por chamado registrado na Central de Serviços de TIC, sendo que, nas situações de evolução de sistema, deve ser anexado o respectivo Documento de Descrição da Demanda, conforme estabelecido pela Portaria nº 99/2017, da Diretoria-Geral.

**Parágrafo único.** Em solicitações de manutenção evolutiva deve ser adotado o Processo de Desenvolvimento de *Software*.

**Art. 9º** Quando se tratar de correção ou adaptação de sistema em uso, o Processo de Sustentação de *Software* passará pelas seguintes etapas:

**I** – Planejamento: a solicitação é avaliada quanto à urgência, viabilidade técnica e complexidade. Nesta etapa deve ser previsto o prazo de conclusão;

**II** – Execução: implementação, realização de testes e validações em ambiente de homologação, visando o aceite das alterações pelo gestor do sistema; e

**III** – Finalização: implantação, no ambiente de produção, das correções ou adaptações homologadas pelo gestor do sistema. O usuário passa a utilizar o sistema com as alterações implementadas.

## **Seção IV**

### **Do Processo de Gerenciamento de Escopo e Requisitos**

**Art. 10.** O processo de Gerenciamento de Escopo e Requisitos é parte do Processo de Desenvolvimento de *Software*.

**Art. 11.** A definição do escopo e requisitos deve ocorrer nas etapas iniciais do Processo de Desenvolvimento de *Software* a ser ajustada a cada *sprint*, conforme a necessidade.

**Parágrafo único.** A equipe do projeto é a responsável pela definição e ajustes no escopo e requisitos do *software* em desenvolvimento.

**Art. 12.** O gerente do projeto de desenvolvimento é o responsável por acompanhar a execução do Processo de Gerenciamento de Escopo e Requisitos.

**Art. 13.** As atividades de gerenciamento de escopo e requisitos estão definidas na MADS.

## **Seção V**

### **Do Processo de Gerenciamento de Arquitetura**

**Art. 14.** O Processo de Gerenciamento de Arquitetura é parte do Processo de Desenvolvimento de *Software*.

**Parágrafo único.** O gerenciamento de arquitetura deverá ser executado, também, nos projetos de implantação de *softwares* provenientes de outras instituições.

**Art. 15.** A definição da arquitetura deve ocorrer nas etapas iniciais do Processo de Desenvolvimento de *Software* e ser ajustada a cada *sprint*, conforme a necessidade, observando:

**I** – a definição da infraestrutura e dos componentes de *software*, suas propriedades externas e seus relacionamentos com outros *softwares*;

**II** – a descrição da comunicação entre partes interessadas;

**III** – o registro das decisões acerca do projeto de alto nível; e

**IV** – a identificação da possibilidade do reuso de componentes e padrões entre projetos.

**Parágrafo único.** A equipe do projeto é a responsável pela definição e ajustes na arquitetura do *software* em desenvolvimento.

**Art. 16.** O gerente do projeto de desenvolvimento é o responsável por acompanhar a execução do Processo de Gerenciamento de Arquitetura.

**Art. 17.** O Processo de Gerenciamento de Arquitetura envolve as seguintes atividades:

**I** – categorização dos requisitos: organizar os requisitos pela semelhança por meio de categorias;

**II** – definição dos artefatos mínimos: definir quais artefatos deverão ser construídos e quais são essenciais à modelagem do *software*;

**III** – construção dos artefatos: o responsável pela atividade deve buscar o apoio dos demais envolvidos no desenvolvimento do *software* com vistas a sanar dúvidas e ajustar os modelos;

**IV** – refinamento dos artefatos: refinar os artefatos objetivando a perfeita interação entre os elementos do *software*; e

**V** – integração dos artefatos: verificar a consistência das relações entre os artefatos.

## **Seção VI**

### **Do Processo de Gerenciamento de Ciclo de Vida**

**Art. 18.** Os ciclos de vida dos *softwares* desenvolvidos, obtidos e adquiridos pelo Tribunal são gerenciados por este Processo.

**§1º** O ciclo de vida de um *software* no âmbito do Tribunal se inicia na sua concepção, quando se tratar de desenvolvimento, na sua adaptação, quando for obtido de outra instituição, ou na sua implantação, para aqueles adquiridos, e se findará quando seu uso for descontinuado.

§2º O *software* descontinuado será retirado do Catálogo de Serviços de TIC, mas continuará integrando o Portfólio de Serviços de TIC como serviço obsoleto.

**Art. 19.** Os Processos de Desenvolvimento e de Sustentação de *Software* são partes integrantes do Processo de Gerenciamento de Ciclo de Vida.

**Art. 20.** O ciclo de vida do *software* será gerenciado por seu respectivo gestor de sistema, em consonância com as atividades previstas no Art. 4º da Portaria 253/2014, da Presidência.

## **Seção VII**

### **Do Dono dos Processos**

**Art. 21.** O papel de dono dos processos estabelecidos por esta Portaria será exercido pelo titular da Coordenadoria de Soluções Corporativas e Infraestrutura.

**Art. 22.** Ao Dono de Processo compete:

- I – assegurar que o processo seja realizado de acordo com o padrão acordado e documentado e que atenda aos seus objetivos;
- II – patrocinar, definir a estratégia e assistir o desenho do processo;
- III – assegurar que a documentação do processo esteja disponível e atualizada;
- IV – definir políticas e padrões para serem empregados no processo;
- V – auditar periodicamente o processo;
- VI – comunicar informações ou alterações no processo;
- VII – fornecer recursos para suportar as atividades;
- VIII – assegurar que o pessoal esteja capacitado para exercer papéis requeridos pelo processo; e
- IX – identificar e realizar melhorias no processo.

## **Seção VIII**

### **Do Catálogo das Soluções de *Software* e seus Gestores Técnicos**

**Art. 23.** O Catálogo das Soluções de *Software* do Tribunal, após aprovado pelo CGovTIC, deverá ser disponibilizado na Intranet.

**Art. 24.** O Catálogo deverá apresentar todos os *softwares* e todas as demandas por sistemas informatizados aprovadas e priorizadas pelo CGovTIC, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

- I – nome do *software* ou descrição da demanda;
- II – tipo do *software*, podendo ser:

a) interno, quando desenvolvido pelo próprio Tribunal ou por contrato de fábrica de *software*;

b) obtido, em se tratando de *software* público brasileiro ou cedido por outra instituição; ou

c) adquirido, quando comprado pelo Tribunal.

III – situação, indicando que a demanda ou o *software* se encontram:

a) em fila;

b) em desenvolvimento;

c) em aquisição;

d) em suspenso;

e) em uso; ou

f) em manutenção.

IV – gestor técnico responsável;

V – gestor do sistema.

§1º Excluem-se deste Catálogo os *softwares* desativados e os adquiridos que não requeiram contrato de manutenção de código, tais como os de infraestrutura de TIC e os aplicativos.

§2º Os *softwares* desenvolvidos e mantidos pelo Tribunal Superior Eleitoral somente terão gestor técnico designado nos casos em que parte do sistema é alterado pela equipe de desenvolvimento do TRE-BA.

**Art. 25.** O papel de gestor técnico deverá ser atribuído, pelo Secretário, a integrante da Secretaria de Tecnologia da Informação.

**Art. 26.** Ao Gestor Técnico compete, primordialmente:

I – analisar e elucidar questões técnicas relativas aos *softwares* sob sua gestão; e

II – avaliar tecnicamente as entregas de contratos de manutenção de *softwares* adquiridos pelo Tribunal sob sua gestão, em apoio aos gestores dos sistemas relacionados.

## Seção IX

### Das Disposições Finais

**Art. 27.** As soluções de *software* são parte integrante do Catálogo de Serviços de TIC.

**Art. 28.** Os processos deverão ser monitorados por meio de indicadores de modo a garantir o cumprimento de seus objetivos e os resultados advindos deles deverão constar em relatório trimestral a ser submetido ao CGovTIC e disponibilizado na Intranet do Tribunal.



**Art. 29.** Os processos estabelecidos nesta Portaria deverão ser revistos anualmente, ou em menor tempo, se necessário, visando a um constante aprimoramento.

**Art. 30.** Os casos omissos deverão ser submetidos ao CGovTIC para deliberação.

**Art. 31.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 29 de junho de 2018.

**LUCIANA BICHARA DANTAS**  
Diretora-Geral Substituta